

Exmo. Senhor
Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais

Ofício n.º 5579/2022

Lisboa, 22 de março de 2022

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO
ADJUNTO E DOS ASSUNTOS FISCAIS

ENT. Nº 1019 EM 23/03/2022

PROCESSO Nº A-3.213-42

Assunto: Concurso Externo para Recrutamento de 180 Inspetores Tributários e Aduaneiros

O STI - Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, em representação dos trabalhadores da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) seus associados, vem na sequência do Aviso n.º 4012/2022, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 39 de 24-02-2022, que abriu procedimento o concursal, para preenchimento de 180 postos de trabalho para a categoria de Inspetor Tributário e Aduaneiro, da carreira especial de Inspeção e Auditoria Tributária e Aduaneira, com vista à constituição de vínculo de emprego público na modalidade de nomeação definitiva, expor o seguinte:

Aceitando o sindicato como boas as intenções do governo, a verdade é que, a exemplo de outras decisões ao longo dos últimos anos, aparentemente a informação que serve de base às tomadas de decisão não é a mais correta, e as decisões, que poderiam ser boas, acabam por ser más.

A AT está altamente deficitária de recursos humanos e materiais, e a abertura deste concurso externo, para entrada de 180 novos inspetores para os serviços centrais, acarreta três grandes problemas:

1. O governo comprometeu-se, no decurso de um processo negocial e no texto de um Decreto-Lei, em abrir, no prazo máximo de 90 dias, um concurso para que todos os trabalhadores, integrados em carreiras especiais da AT, pudessem ter oportunidade de transitar para as novas carreiras especiais, legisladas durante o ano de 2019. Muito tempo decorrido desde esse prazo, não cumpriu. Aos olhos desses trabalhadores e do sindicato, o governo relegou esses colegas para segundo plano, novamente.
2. Ao longo dos últimos anos foram feitos vários estágios para a inspeção tributária e aduaneira, tendo ingressado, na última década, cerca de mil trabalhadores nessa categoria, cujos estágios foram dos mais exigentes da história da AT, conforme referido pelo próprio ex-subdiretor geral dos Recursos Humanos da AT e atual presidente da CRESAP, Doutor Damasceno Dias. Neste

momento, dos cerca de 3000 inspetores tributários e aduaneiros, apenas cerca de 1000 estão afetos a funções inspetivas. Face a isto, torna-se difícil de compreender a necessidade de a AT precisar de mais 200 trabalhadores para a área da inspeção. O que de facto se tem visto é a administração a retirar trabalhadores da inspeção para os colocar no centro de atendimento telefónico ou noutras funções da AT, da área da gestão tributária e aduaneira. Isto revela que é nessas funções que a administração sente falta de recursos humanos. Se é de Inspetores que a AT necessita, já existem 2000 fora da inspeção! Apesar da Troika, em 2012, ter aconselhado a reforçar os trabalhadores da área da inspeção tributária e aduaneira para que, no mínimo, 30% dos quadros da AT estivessem afetos ao combate à fraude, evasão fiscal e à economia paralela, o certo é que, por atos gestionários, a AT tem agora menos de 10% dos seus trabalhadores a exercer essas tarefas.

3. O PIB da Área Metropolitana de Lisboa representa cerca de 34% do PIB nacional. A cidade de Lisboa, que por certo representará bem menos do que isso, acumula cada vez mais riqueza porque o Estado, em vez de descentralizar, como prometem todos os partidos em campanha eleitoral, centraliza. Se o emprego público se centraliza cada vez mais em Lisboa, atrai cada vez mais riqueza para Lisboa. Ao invés de optar por uma política contra cíclica, o governo propõe-se agora agravar este cenário! No mínimo o que se poderia admitir era uma distribuição do recrutamento tendo em conta o PIB de cada região do País. Mas nem isso o governo fez e pretende colocar 100% dos novos trabalhadores em Lisboa! É inaceitável. A solução correta, e essa sim, contra cíclica e descentralizadora, seria abrir, por exemplo, um centro de atendimento virtual para 180 postos de trabalho no interior do país. Por certo um ato de gestão perfeitamente compreensível, visto que é essa a função em que a administração tem revelado maior falta de recursos humanos, e politicamente coerente com o discurso do governo e da oposição, pois nesta matéria aparentemente até existe um alargado consenso.

Assim, o STI solicita ao Sr. SEAAF, que reconsidere o modo como este concurso foi aberto, que arrume a AT primeiro, colocando na inspeção quem nunca devia de lá ter saído e resolvendo o problema das carreiras subsistentes e que depois, de forma coerente com o discurso político, avance com um concurso externo para a AT, para reforçar os quadros em todo o território nacional.



Com os melhores cumprimentos,

P'A Direção Nacional

A Presidente,

(Ana Carmina Gamboa)